

# SUMÁRIO

## 1

<b>DESENVOLVENDO PROGRAMAS DE INTEGRIDADE EFETIVOS: COMO TRADUZIR O <i>COMPLIANCE</i> PARA AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS?</b> .....	25
---	----

*Humberto E.C. Mota Filho*

*Morgana Ana Daler Casagrande*

1. Introdução .....	25
2. A Receita é não ter receitas: como traduzir o <i>compliance</i> ? .....	26
3. Apoiando a Ética: O Tom da Alta Administração .....	28
4. Levantando e Avaliando Riscos .....	29
5. Documentando as ações e processos.....	31
6. Código de Ética .....	32
6.1. Políticas e procedimentos .....	33
7. Controles Internos e Financeiros.....	35

8. Treinamentos e Comunicações.....	37
9. Canais de Denúncias .....	38
10. Auditoria de Conformidade de Terceiros (“Supply Due Dilligence”) .....	41
11. Monitoramento Contínuo.....	43
12. Considerações Finais.....	44
referências bibliográficas .....	45

## 2

<b>A GESTÃO DE RISCOS, OS CONTROLES INTERNOS E A AUDITORIA COMO IMPORTANTE PILAR DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE.....</b>	<b>47</b>
--	-----------

*Leandro de Matos Coutinho*

1. Introdução .....	47
2. Camadas de controle – as 3 (três) linhas de defesa.....	48
3. Gestão e avaliação de riscos .....	51
4. Controles internos .....	54
5. Auditoria interna .....	59
6. Controles nas empresas estatais .....	64
7. Pilares do programa de integridade .....	68
8. Considerações Finais.....	70
Referências bibliográficas .....	71

# 3

## **A EXIGÊNCIA DE PROGRAMAS DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: OS ESTADOS-MEMBROS NA VANGUARDA ..... 73**

*Rafael Carvalho Rezende Oliveira*

*Jéssica Acocella*

1. Introdução .....	73
2. A utilização da licitação como instrumento de indução .....	76
3. O pioneirismo dos Estados-membros na exigência de programas de integridade para as empresas contratadas pela Administração Pública .....	77
3.1. <i>Compliance</i> e integridade no ordenamento jurídico brasileiro .....	79
3.2. A Lei 7.753/2017, do Estado do Rio de Janeiro (“ERJ”), e a Lei 6.112/2018, do Distrito Federal (“DF”), alterada pela Lei 6.308/2019.....	81
3.3. As demais Leis Estaduais .....	87
4. O difícil balanceamento entre o papel regulatório e de incentivo das licitações públicas e a desejável obtenção da proposta economicamente mais vantajosa pela Administração .....	91
5. Conclusão .....	96
Referências bibliográficas .....	97

## 4

## **SISTEMA DE COMPLIANCE E NOVOS PARADIGMAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ..... 99**

*Thaís Boia Marçal*

1. Introdução .....	99
2. <i>Compliance</i> nas contratações públicas.....	106
3. <i>Compliance</i> e acordos de leniência.....	110
4. Necessidade de <i>compliance</i> para contratação de financiamentos públicos.....	111
5. Considerações Finais.....	111
Referências bibliográficas .....	113

## 5

## **ANTITRUSTE E COMPLIANCE ..... 115**

*Carla Marshall*

1. Introdução .....	115
2. Defesa da Concorrência .....	118
2.1. Contexto constitucional e Lei 12.529/11 .....	121
2.1.1. Estruturas e Condutas .....	123
3. <i>Compliance</i> concorrencial .....	127
3.1. Abordagem introdutória .....	127
3.2. Medidas para evitar ilícitos concorrenciais .....	129

3.3. Em M&A e outras formas de alianças.....	130
3.4. Acordo de Leniência em Cartéis e outras práticas anticoncorrenciais.....	135
4. Considerações Finais .....	137
referências bibliográficas .....	139

## 6

<b>COMPLIANCE TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE COMPETITIVIDADE .....</b>	<b>141</b>
--	------------

*Gabriel Sant'Anna Quintanilha*

1. Introdução .....	141
2. O que é competitividade .....	143
2.1. Fatores determinantes da competitividade.....	148
2.1.1. Fatores empresariais .....	148
2.1.2. Fatores estruturais.....	149
2.1.3. Fatores sistêmicos.....	149
3. Globalização e competitividade – como o <i>compliance</i> tributário pode ser um diferencial.....	149
4. Analisando o sistema tributário brasileiro: o dever fundamental de pagar tributos – função social .....	150
5. Conclusão .....	155

## 7

**COMPLIANCE E PROTEÇÃO DE DADOS**..... 157*Daniel Bucar**Mario Viola*

1. Introdução .....	157
2. <i>Compliance</i> e Proteção de Dados .....	159
2.1. Privacidade na Sociedade de Informação e Mercado: uma adaptação necessária .....	159
2.2. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados: novos padrões para a atividade empresária.....	163
3. Procedimento de conformação e a Lei Geral de Proteção de Dados: por uma síntese inicial.....	165
3.1. Qualificação do tratamento de dados pessoais, e da atividade, na forma do estatuto normativo.....	165
3.2. Definição dos direitos do titular e das medidas de segurança no tratamento ou transferência de dados.....	171
4. Considerações Finais.....	175
referências bibliográficas .....	175

## 8

**O PAPEL DA CVM E DA B3 EM RELAÇÃO AOS PROGRAMAS DE INTEGRIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**..... 177*Caroline Pinheiro**Tereza Cristina de Almeida Marins Gorito*

1. Introdução .....	177
---------------------	-----

2. Um aprendizado a partir do histórico do tema .....	178
3. Regulação e autorregulação: atuação coordenada e complementar/CVM e B3.....	186
3.1. Natureza jurídica, o papel da B3.....	187
4. Autorregulação do mercado de valores mobiliários e os programas de integridade .....	189
4.1. Elementos e classificações da autoregulação e o poder das instituições de mercado .....	194
5. Apontamentos sobre o funcionamento da B3 e a conexão dos programas de integridade com o cumprimento dos requisitos de listagem .....	199
6. Alternativas e o papel da CVM perante a B3 .....	205
7. Conclusão .....	208
Referências bibliográficas .....	209

## 9

### **O CRIMINAL COMPLIANCE E A SUA ABRANGÊNCIA .....** 215

*Gabriel Habib*

1. Introdução .....	215
2. Direito Tributário Penal versus Direito Penal Tributário .....	216
3. Programa de <i>Compliance</i> . Necessidade ou conveniência?.....	220
4. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas nos crimes contra a Ordem Tributária.....	223
5. É possível falar em um “Criminal <i>Compliance</i> ”? .....	231
6. Considerações Finais.....	233
Referências bibliográficas .....	234

# 10

## **COMPLIANCE AMBIENTAL: A BUSCA PELA EFETIVIDADE NA APLICAÇÃO DAS NORMAS AMBIENTAIS** ..... 235

*Priscila Elise Alves Vasconcelos*

*Rafael Carvalho Rezende Oliveira*

1. Introdução .....	235
2. Da efetividade da aplicação dos princípios e normas .....	237
3. Da responsabilidade ambiental.....	241
4. Das certificações de sustentabilidade: certificados “verdes” .....	244
5. Conclusão .....	248
Referências bibliográficas .....	248